



**ACÓRDÃO Nº118/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11460/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Secretaria de Estado de Cultura – SEC.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Robério dos Santos Pereira Braga (Gestor e Ordenador de Despesa) e Denilson Vieira Novo (Gestor e Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Rodrigo Otávio Borges Melo – OAB/AM 6488, Anneson Frank Paulino de Souza – OAB/AM 11981, Leandro Kazuyuki Takahashi – OAB/AM 12343, Daniel de Lima Cavalcante – OAB/AM 9070, Robério dos Santos Pereira Braga – OAB/AM 1205, Renata Queiroz – OAB/AM 11947, Rosa Oliveira de Pontes Braga – OAB/AM 4231, Jones Ramos dos Santos – OAB/AM 6333 e Adson Soares Garcia – OAB/AM 6574.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD/AM e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6750/2019-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Secretaria de Estado de Cultura - SEC. Exercício de 2017.

*Regularidade com ressalvas. Quitação.  
Determinação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, que acolheu em sessão o voto-destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Cultura, referente ao exercício de 2017, de responsabilidade do **Sr. Robério dos Santos Pereira Braga**, Secretário de Estado de Cultura e Ordenador de Despesas, no período de 01.01.2017 a 03.10.2017, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; artigo 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/1991; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM;

**10.2. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas da Secretaria de



**ACÓRDÃO Nº118/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

Estado de Cultura, referente ao exercício de 2017, de responsabilidade do **Sr. Denilson Vieira Novo**, Secretário de Estado de Cultura e Ordenador de Despesas, no período de 04.10.2017 a 31.12.2017, com fulcro no artigo 1º, inciso III, artigo 22, alínea “b”, da Lei n. 2.423/1996 – LOTCE/AM; e artigo 188, §1º, inciso III, alínea “b”, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM;

**10.3. Dar quitação ao Sr. Robério dos Santos Pereira Braga**, Secretário de Estado de Cultura e Ordenador de Despesas, no período de 01.01.2017 a 03.10.2017, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE;

**10.4. Dar quitação ao Sr. Denilson Vieira Novo**, Secretário de Estado de Cultura e Ordenador de Despesas, no período de 04.10.2017 a 31.12.2017, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE;

**10.5. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que:

**10.5.1.** Remeta à atual Administração da Secretaria de Estado de Cultura, cópias autênticas do Relatório Conclusivo nº. 09/2018- DICAD/AM, às fls. 1426/1443, o qual foi retificado pela Informação nº. 41/2019, às fls. 2.909/2.916 e com o Parecer nº. 6750/2019, às fls. 2.933/2.48, visando evitar o cometimento das mesmas impropriedades em Prestações de Contas futuras;

**10.5.2.** Notifique os Senhores **Robério dos Santos Pereira Braga**, Secretário de Estado de Cultura e Ordenador de Despesas, no período de 01.01.2017 a 03.10.2017 e **Denilson Vieira Novo**, Secretário de Estado de Cultura e Ordenador de Despesas, no período de 04.10.2017 a 31.12.2017, com cópia do Voto e Acórdão para ter ciência do decisório e, querendo, apresente o recurso;

**10.5.3.** Após a ocorrência da coisa julgada administrativa, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002, adote as providências do artigo 162, §2º, do RITCE.

**11- Ata:** 3ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 11 de Fevereiro de 2020.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

Publicado no Diário Eletrônico  
do TCE/AM,

Edição Nº \_\_\_\_\_

De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

**ACÓRDÃO Nº118/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral, em substituição.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira Relatora

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral, em substituição